



2ª Sessão do debate sobre Prevenção e minimização do risco sísmico e reforço da resiliência sísmica em Lisboa - Medidas de autoprotecção e actuação em caso de sismo

Intervenção da deputada municipal do PEV, Cláudia Madeira

Assembleia Municipal de Lisboa, 12 de Abril de 2018

Há gerações que, felizmente, não convivem com sismos de grandes proporções, e a memória colectiva vai-se perdendo, acabando por ser minimizadas as medidas preventivas e de atenuação de efeitos destrutivos.

Mas é preciso preparar as populações, sem dramas e alarmismos. Não pode haver desculpas por demorar muito tempo, ser complexo ou caro. Se nada se fizer, pagaremos muito mais caro com as perdas que teremos.

Em primeiro lugar, as leis não podem ser feitas à medida das catástrofes que vão acontecendo, mas sim adequando-se às catástrofes que podem ocorrer, como forma preventiva.

Para Os Verdes, é preciso inverter a falta de prevenção e de fiscalização na construção e na reabilitação de edifícios, e travar a impunidade que estimula e é conivente com práticas erradas que agravam o risco. Isso passa, desde logo, pela urgente revogação do Decreto-Lei da responsabilidade do Governo PSD/CDS que dispensa normas de resistência sísmica, que devem passar a ser obrigatórias, assim como a certificação da resistência sísmica.

Concretamente sobre a responsabilidade da Câmara Municipal, é preocupante saber que a quase totalidade das escolas sob responsabilidade da autarquia, à excepção de duas num universo de 90, não tem implementadas as medidas obrigatórias de autoprotecção. É de uma grande irresponsabilidade e negligência permitir que haja nestas condições.

A par da segurança dos edifícios, a formação da população e a educação preventiva são fundamentais, e aqui, as escolas têm um papel indispensável. E a autarquia tem o dever de fazer mais, pois é a autoridade máxima da protecção civil na cidade.

No entanto, a realidade é que a última década ficou marcada pela inacção dos executivos. A maior parte das escolas não está preparada para a ocorrência de um sismo, apesar de o Plano de Prevenção e Emergência para Estabelecimentos de Ensino, que devia ser revisto anualmente, salientar a importância da realização semestral de exercícios de evacuação, de simulacros de 3 em 3 anos em articulação com as Direcções das Escolas, os Bombeiros e a Protecção Civil e da realização de inspecções rigorosas e periódicas.

Na prática isto não acontece! De nada serve ter todas estas normas, se não forem implementadas para garantir a sua operacionalidade e eficácia.



Os Verdes consideram também fundamental rever e actualizar os documentos estratégicos sobre o risco sísmico e assumir como prioridade a segurança nos projectos a implementar na cidade, o que, como se sabe, nem sempre acontece, assim como dotar o serviço nacional e municipal de protecção civil dos recursos financeiros, técnicos e humanos necessários, para que possam desempenhar devidamente a sua missão.

No fundo, é preciso mais responsabilidade e proactividade de todas as entidades com deveres nesta matéria, porque não é só cúmplice quem aprova leis que agravam o risco, mas também quem tem o dever de agir e não age.